

# Política

MOLEZA

# DEBANDADA NA CONSTITUINTE

A votação do título que trata dos direitos e garantias individuais ficou para segunda-feira. Motivo: falta de entendimento e de quórum.

A votação em plenário do Título II do projeto de Constituição, referente aos direitos e garantias individuais, acabou adiada para segunda-feira (a maioria dos parlamentares estava no aeroporto, voltando para seus Estados), pela evidente falta de quórum para qualquer votação e para que as lideranças partidárias cheguem a acordo, sobre a matéria, considerada a mais polêmica. Em reunião com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os líderes dos partidos e representantes de grupos, entre eles o Centrão, decidiram reunir-se novamente hoje, às 9 horas, amanhã e possivelmente também na segunda-feira.

Na abertura da sessão de ontem, às 9 horas, o presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), anunciou a presença "na Casa" de 216 constituintes — são necessários 280 parlamentares para a aprovação de qualquer matéria. No plenário, porém, naquele momento, estavam presentes apenas 25 constituintes. A grande maioria dos demais estava se apresentando nos guichês de embarque do aeroporto, retornando a seus Estados. O deputado Aloysio Chaves (PFL-PA) justificava sua saída de Brasília como "uma ordem dada pela liderança de seu partido", que havia fechado acordo suspendendo a votação de ontem no plenário.

Pouco mais tarde, às 11 horas, os broches na lapela identificavam oito parlamentares do PFL, 18 do PMDB, cinco do PTB, seis do PDS e dois do PDT. Todos embarcando, ou em enormes rodas no saguão e no bar-restaurant do aeroporto.

## Entendimento

Justificando sua decisão de encerrar a sessão de ontem às 11h20 e adiar a votação do Título II para segunda-feira, o presidente da Constituinte disse que o entendimento prévio entre as lideranças e as forças representativas da Constituinte também é um trabalho constituinte. "Sem esse entendimento vai ser difícil votar matérias polêmicas. Vamos sempre buscar o acordo naquilo que for possível, pois o que não for fechado vai ser decidido no voto em plenário", advertiu.

Sobre as conversas de hoje, Ulysses disse que "nos reuniremos pela manhã e também à tarde, se for preciso, porque considero difícil um partido ou grupo ser hegemônico, isto é, obter 280 votos para aprovação de dispositivo em todas as questões votadas. É preciso conseguir entendimento para haver quórum e votação", afirmou Ulysses.

"Ou se chega a um acordo, ou não se vota a Constituição", explicou o líder do PDS, deputado Amaral Netto, expressando



O plenário, vazio. Os constituintes estavam no aeroporto.

a mesma opinião da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), para quem mais vale adiar a votação de forma que se chegue ao entendimento fora do plenário. Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, queria que ontem mesmo o Capítulo I do Título II fosse levado à votação, mas admitiu que a falta de quórum levaria a uma interrupção irremediável.

## Polêmica

O ponto de maior polêmica no Título II está no Capítulo 2, que se refere à dispensa imotivada dos trabalhadores. O Centrão e o Grupo dos 32 consideram que a estabilidade pode ser dada através de indenização, mas que lei ordinária viria a tratar das formas de compensação pela dispensa sem justa causa. Conforme o deputado Roberto Car-

doso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão, a estabilidade levaria à debilitação da empresa, contrariando os interesses dos trabalhadores e dando lugar à contratação para tarefa temporária. "Vejo como única forma deixar o assunto fora da Constituição, concedendo indenização sem prejuízo do FGTS e aviso prévio", disse Cardoso Alves. Sandra Cavalcanti, do Grupo dos 32, diz que na Constituição deveria ser mencionado que a dispensa imotivada "não é de boa convivência entre patrões e empregados". Para compensar o trabalhador, entretanto, ela sugere que lei posterior defina os direitos do desempregado sem causa justa. "Os constituintes estão notando que a solução intermediária corresponde a certa tranquilidade e o acordo neste aspecto começa a evoluir", acredita Sandra Cavalcanti.

ti. Mas o líder do PDT diz que a esquerda não aceitará tal proposta, o que significa que o ponto ainda merecerá muitas análises.

## Consenso

Para poder sentar à mesa de negociação com os demais grupos da Constituinte, o Centrão manteve-se reunido, ontem, para analisar as 250 emendas apresentadas ao Capítulo I do Título II (dos Direitos Individuais e Coletivos). Segundo o deputado José Lins (PFL-CE), antes da reunião de hoje de todas as lideranças com Ulysses Guimarães, o Centrão se reunirá para chegar a um consenso sobre todas as questões que podem ser negociadas.

Paralelamente a este trabalho, o Centrão, sob a coordenação do deputado Daso

Coimbra (PMDB-RJ), promoveu um balanço sobre as baixas no grupo, tentando detectar exatamente quem continua apoiando as suas teses. Daso Coimbra afirma que apenas uma baixa realmente foi computada, a do deputado Adilson Motta (PDS-RS), que comunicou a sua saída do Centrão. Explicou ainda que o grupo está promovendo uma reavaliação de seu quadro e cerca de dez constituintes deverão ter seus nomes excluídos, por não terem, até agora, votado com o Centrão. O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) contesta esta versão e diz que as dez baixas ocorrerão por causa das declarações dos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Lourenço, líder do PFL, que reivindicaram cargos no governo para apoiar os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Esses, por sua vez, se defendem alegando que falam em nome próprio e não do grupo.

## Faltosos preocupam

Apoiado pelos demais líderes, o deputado Amaral Netto sugeriu que diariamente a Mesa da Constituinte divulgue o nome dos parlamentares faltosos para evitar que a falta de quórum impossibilite as votações do texto. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, entretanto, descartou a hipótese, ao explicar que a secretaria da Mesa tem disponível tal lista para ser fornecida à imprensa. Ulysses prefere convocar os constituintes através de telegramas e telefonemas para que compareçam às sessões.

O líder do PDS informou que teme a repetição do ocorrido ontem, quando, apesar de ter sido marcada sessão para as 9 horas, não havia quórum suficiente para encaminhamento de uma votação. "O povo precisa saber quem foi eleito para vir aqui e não vem", disse Amaral Netto, explicando que o objetivo da medida seria, de certa forma, didático. Também para o líder do PDT, Brandão Monteiro, é necessário que "se organize a Casa". O deputado teme que não haja número suficiente para votação do Título II na segunda-feira e disse que "não quero ser confundido com quem não vem e atrapalha o andamento da votação".

Mas o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, diz que prefere seguir a praxe e o regimento, conclamando a presença dos constituintes em sessões anteriores e por telegramas e telefonemas. Segundo ele, "só não divulgam a lista os meios de comunicação que não desejem fazê-lo".